

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Luziana Quadros da Rosa

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TERMINAL TURÍSTICO DE
TRAMANDAÍ**

Porto Alegre

2010

Luziana Quadros da Rosa

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TERMINAL TURÍSTICO DE
TRAMANDAÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
Apresentado ao Departamento de Ciências
Administrativas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Dr. Luis Felipe Machado Nascimento
Tutora Orientadora: Paola Schmitt Figueiró

Porto Alegre

2010

Luziana Quadros da Rosa

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TERMINAL TURÍSTICO DE
TRAMANDAÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do sul como
requisito para a obtenção do título de bacharel em
Administração.

Aprovado em.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof

Prof. Dr. Luis Felipe Machado Nascimento - UFRGS

AGRADECIMENTOS

O provérbio chinês diz que “toda grande jornada começa com um primeiro passo...”. O meu primeiro passo iniciou há alguns anos atrás, quando prestei vestibular e agora a jornada está sendo concluída com a realização dessa pesquisa. Agradeço a Deus que, na Sua infinita bondade ouviu minhas preces colocando muitas pessoas no caminho para me ajudar, que também merecem meus agradecimentos:

Meu esposo Edson e meus filhos Maurílio e Amábile, os meus grandes incentivadores.

Minha família, de maneira especial, meus pais e meus irmãos, que não mediram esforços, sempre me apoiando para a realização dessa conquista e minha vó Lule, que sempre orou por mim.

Meus colegas do Pólo de Osório, que se tornaram grandes amigos, especialmente minhas colegas Márcia e Dora, queridas companheiras.

Meu coordenador Sidnei Oliveira, por sua dedicação para o nosso aprendizado.

Meus professores e tutores do curso, e do mesmo modo, gostaria de agradecer, os bibliotecários do CECLIMAR, que foram sempre muito prestativos.

Minha tutora Paola Figueiró e meu professor orientador Luis Felipe, cujas contribuições foram relevantes para a realização dessa pesquisa.

Agradeço ao Prefeito Anderson Hoffmeister, aos funcionários da Secretária de Meio Ambiente, especialmente o secretário adjunto Antonio Matos e a educadora ambiental Gabriela Victoria, aos funcionários da Secretária da Zona Sul, ao vereador Luiz Paulo e aos moradores do Terminal Turístico de Tramandaí, pela disposição em colaborar para a pesquisa.

“Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor.”

(Madre Tereza de Calcutá)

RESUMO

Para que ocorra o Desenvolvimento Sustentável, nas sociedades é necessária, a atuação dos governantes na elaboração e aplicação de políticas públicas eficazes, em corresponsabilidade com os cidadãos que devem participar na tomada de decisão de implementação de ações, que visam a proteção ambiental, a equidade social e o desenvolvimento econômico. Entretanto é necessário conhecer os impactos socioambientais existentes, pois assim, compreende-se o que ocorreu no passado, buscando conseguir no futuro uma melhor condição de vida para os cidadãos, em equilíbrio ao meio ambiente. Deste modo, essa pesquisa, identificou, através de um estudo de caso, os fatores que geram impactos socioambientais negativos, que estariam impedindo a ocorrência do Desenvolvimento Sustentável na comunidade do Terminal Turístico de Tramandaí, no município de Tramandaí, estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa é de abordagem qualitativa e sua análise é de conteúdo. Os resultados foram obtidos através de estudo exploratório e bibliográfico, em conjunto com a realização de entrevistas de três gestores públicos e cinco moradores da localidade. Estes resultados evidenciam que, os principais impactos socioambientais negativos encontrados na localidade são: a posse ilegal de terras públicas por moradores, a ameaça ao patrimônio natural causada pelo pisoteamento e retirada de areia das dunas, o excesso de lixo e a poluição sonora produzidos pelos excursionistas. A constatação desses impactos é consequência da falta de planejamento e manutenção de ações administrativas públicas. Como alternativas apresentadas, para que ocorra o Desenvolvimento Sustentável na localidade, está à criação da agenda 21 Local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Agenda 21 e Impactos Socioambientais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenvolvimento sustentável	13
Figura 2 – Área do Terminal Turístico de Tramandaí	30
Figura 3 – Pisoteamento das dunas- 2010.....	32
Figura 4 – O Terminal Turístico de Tramandaí – 2010	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS	11
1.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
1.1.1 Agenda 21	16
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	18
1.2.1 Turismo sustentável.....	21
1.3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	22
2 METODOLOGIA.....	26
2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA.....	26
2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	27
2.3 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	27
2.4 ANÁLISE DOS DADOS	27
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
3.1 HISTÓRICO DO TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ.....	29
3.2 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NEGATIVOS DO TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ.....	33
3.2.1 Os impactos socioambientais identificados pelos moradores locais.....	34
3.2.2 Os impactos socioambientais identificados pelos gestores públicos.....	36
3.2.3 Implicações para o desenvolvimento sustentável local.....	37
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ	38
3.4 ALTERNATIVAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS GESTORES PÚBLICOS	54
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS MORADORES DA COMUNIDADE	55
ANEXO C – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA/ATIVIDADE DE CAMPO.....	58

INTRODUÇÃO

À medida que se procura caminhos que apontem para o Desenvolvimento Sustentável nas sociedades, é imprescindível reconhecer as causas dos danos ambientais, dos quais nascem os problemas socioambientais. Sob esse aspecto, o poder público entra como protagonista das ações que induzem ao planejamento de políticas públicas eficazes, garantindo, ao mesmo tempo, o crescimento econômico, a equidade social e a preservação da natureza.

A resposta da natureza, a essa exploração desordenada da sociedade, acontece de forma contundente e pode ser vista atualmente nas catástrofes universais: aquecimento global, ciclones, furacões, derretimento das calotas polares, enchentes, dentre muitos outros fatores climáticos, que são consequência do uso inadequado dos recursos ambientais. O ser humano ao provocar a devastação da natureza, estaria enveredando e contribuindo significativamente para a extinção da própria espécie, no futuro.

Diante disso, as inquietações surgem tanto no âmbito das instituições públicas, das empresas e da própria sociedade. Tomando iniciativas de ações que possam reverter esse problema, orientando a forma correta de utilização dos recursos naturais e buscando impedir, assim, que a exploração desregrada e irresponsável do consumismo imediato do homem possa levar a uma deterioração que conduza a destruição do meio ambiente.

Deste entendimento comum, onde surge a indagação do que é preciso fazer para manter o equilíbrio ambiental, nasce também a preocupação para se construir uma sociedade sustentável, reduzindo os impactos negativos ao meio ambiente. O conceito de Desenvolvimento Sustentável pode ser tratado como: aprender a valorizar, manter e desenvolver o nosso patrimônio ambiental (ou capital natural) de tal maneira que possamos viver de sua renda e não de seu capital (NASCIMENTO, 2008).

Portanto, o presente trabalho trata de questões sobre Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, e teve como objeto de estudo uma localidade, situada no litoral norte do Rio Grande do Sul: o Terminal Turístico de Tramandaí. O município de Tramandaí é reconhecido por sua intensa atividade turística e ao mesmo tempo, o de possuir uma área de

biodiversidade, de significativa importância para o equilíbrio ecológico da região litorânea. Porém, a ação predatória do homem, no processo de urbanização, já mostrou resultados preocupantes e prejudiciais ao ecossistema do litoral. Comunidades locais, como a do Terminal Turístico de Tramandaí, sofrem com prejuízos ambientais como a ocupação territorial inadequada, devido a invasões de moradores em terras públicas, existindo também a ameaça ao patrimônio natural causada pelo pisoteamento e retirada de areia das dunas, entre outros fatores, acrescido da falta de educação ambiental dos turistas, que espalham muito lixo por ocasião do veraneio no local.

Por isso, é importante reconhecer os impactos socioambientais, como aqueles geradores de problemas negativos à comunidade do Terminal Turístico de Tramandaí, onde o Desenvolvimento Sustentável representará, no futuro, o desenvolvimento econômico da comunidade, refletido essencialmente pelo turismo e, ao mesmo tempo, permitirá a preservação da natureza, sem as modificações predatórias que hoje ocorrem no ambiente natural. No entanto, é necessário descobrir **como os impactos socioambientais estão interferindo no Desenvolvimento Sustentável do Terminal Turístico de Tramandaí?**

A fim de responder ao problema de pesquisa proposto, o presente estudo tem como objetivo geral: identificar os fatores que geram impactos socioambientais negativos, que estariam impedindo a ocorrência do Desenvolvimento Sustentável no Terminal Turístico de Tramandaí.

Para atingir o objetivo principal são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Apontar quais são os principais problemas socioambientais encontrados e as suas implicações para o Desenvolvimento Sustentável do local;
- Descrever os fatores que levaram aos impactos ambientais atuais;
- Avaliar as políticas públicas voltadas para a área de Desenvolvimento Sustentável do Município de Tramandaí;
- Propor alternativas, para que possam ser acolhidas pelos órgãos públicos, visando o Desenvolvimento Sustentável, no Terminal Turístico de Tramandaí.

Segundo Schmidheiny (2009), o desenvolvimento sustentável, é a opção correta para a revalorização da dignidade humana, satisfazendo as necessidades do presente sem se esquecer das necessidades das gerações futuras. Exigindo para isso, educação, uso eficiente dos

recursos, modelos mais abertos de democracia e participação da sociedade na tomada de decisões. Também é preciso um crescimento econômico que leve a uma maior igualdade de oportunidades. E por fim, se espera novas formas de cooperação de governos, empresas e sociedade em busca de soluções, sob o lema “o caminho é a meta”.

Sendo assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge para mostrar os novos caminhos que precisam ser percorridos pelas organizações públicas, privadas e sociedade em um processo de crescimento econômico, educação ambiental, responsabilidades e oportunidades igualitárias, para que não se utilize inadequadamente os recursos naturais, disponíveis no meio ambiente, advindo daí uma garantia da sobrevivência no futuro. À vista disso, o trabalho se justifica, pois ao reconhecer os problemas socioambientais, o estudo, será importante ferramenta para a expansão e implementação de políticas públicas eficientes de preservação da natureza, e, ao mesmo tempo, proporcionando a inclusão social e a redução da pobreza.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda a fundamentação teórica, o capítulo dois descreve os procedimentos metodológicos aplicados, o capítulo três mostra um breve histórico da localidade estudada e, apresenta as descrições e resultados da análise do estudo. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as sugestões para trabalhos futuros.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A existência de alterações climáticas tão constantes e que trazem, muitas vezes, a destruição de cidades inteiras, estão caracterizadas como o paradigma que muitos autores relacionam como os causadores dessas calamidades: os problemas de gestão social, onde o modelo de Desenvolvimento Sustentável é afetado no âmbito econômico, social e ambiental.

Segundo Nascimento (2007), os conceitos possuem um ciclo de existência, porém muitos deles não desaparecem, eles se transformam ou se unem a outros. Nesse caso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, sofreu alterações ao longo dos anos, modificando as ações dos atores sociais, dando sentido à formulação da ideia proposta.

A visão de Desenvolvimento Sustentável que propõe o uso consciente dos recursos naturais para que futuramente, esses possam ser utilizados pelas novas gerações, também aponta os fatores sociais como extremamente relevantes para esse desenvolvimento, ou seja, não poderá existir progresso se persistir a miséria das populações.

Por isso, torna-se cada vez mais importante a atuação dos governantes, a elaboração e aplicação de políticas públicas eficazes, para que ocorra um Desenvolvimento Sustentável amplo, atingindo a sociedade em todos os seus níveis. E para melhor compreensão deste processo, na próxima sessão será realizada uma revisão teórica a respeito da evolução do tema.

1.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para entender o significado de Desenvolvimento Sustentável, é necessário conhecer um pouco das concepções que acabaram modificando a origem do conceito ao longo do tempo, como destaca Volpi (2009):

A noção de desenvolvimento sustentável é o produto de um processo histórico de construção social. É uma forma de expressão da demanda social. Como tal, incorpora um conjunto de elementos, alguns oriundos do campo científico, outros das experiências passadas no domínio do desenvolvimento, outros também dos embates sociais e políticos que se desenvolvem em várias escalas nacionais e internacionais.

A partir da Revolução Industrial, que se expandiu progressivamente da Inglaterra para o resto do mundo ocidental e, no século XX, se desdobra ‘modernamente’ no mundo oriental, podem ser destacados elementos marcantes de transformação profunda na relação da vida dos homens entre si e com o meio ambiente e, conseqüentemente, das condições objetivas e subjetivas a saúde humana e da sustentabilidade ambiental (FRANCO; DRUCK, 1998).

Na década de 70, muitos autores já associavam a crescente industrialização e o aumento populacional como o “motor de arranque” para as catástrofes ambientais. A publicação de “The limits to growth”, do Clube de Roma, chamou a atenção para os problemas das degradações ambientais, deixando claro que a natureza, possui seus limites, podendo chegar ao fim. Os estudiosos já afirmavam que, as perspectivas no futuro sobre desenvolvimento não seriam alcançadas tamanha a velocidade com que se destruíam os recursos naturais, e construíram um modelo matemático, que possuía algumas variáveis como industrialização, população e meio ambiente, e apontava para resultados iguais a “crescimento zero”, ou seja, simulando um crescimento constante de alguma variável, era inevitável que outra se extinguisse (NOBRE, 2002).

Foi no ano de 1972, que líderes mundiais se reuniram em Estocolmo, para fazer uma avaliação, dos problemas ambientais do planeta, originários do modelo de crescimento econômico de desenvolvimento, solicitando que as questões ambientais, façam parte da agenda política das nações. Segundo Menezes (2004), o Brasil se posicionou contra as medidas debatidas no encontro, argumentando que, países em desenvolvimento, primeiramente teriam o direito de se industrializar, para somente depois considerar os possíveis danos ambientais.

Sobre esse aspecto, Nobre (2002, p. 39) destaca que havia uma incoerência que justificava a posição do Brasil, pois se existe uma contradição entre desenvolvimento capitalista e meio ambiente, não teria por que defender o crescimento econômico, mas se não existe essa contradição, não era justificado impor restrições à utilização dos recursos naturais. Com o passar dos anos, essa opinião viria a se alterar, definindo de forma expressiva o conceito do Desenvolvimento Sustentável. Segundo Lipietz apud Vasconcellos (2002):

Um modelo de desenvolvimento sustentável, não poderá ser construído a partir do capitalismo. Entretanto, não sugere que se rompa inicialmente e sim que se busque a sua inflexão no sentido que se permita criar modelos de desenvolvimento onde possam ser agregados valores como autonomia, solidariedade e a responsabilidade ecológica.

Em 1987, com a publicação do relatório produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Comissão de Brundtland, é reconhecido o conceito mais expressivo sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Dias (2006, p. 43), o conceito de Desenvolvimento Sustentável, possui muitas interpretações, devido sua popularização. Mas, a abordagem mais importante destaca que, o processo de desenvolvimento aborda os limites do uso da natureza, e que todas essas interpretações se baseiam nos princípios básicos enunciados pela Comissão Brundtland de 1987, que declara que, o desenvolvimento só deve ser realizado se atender as gerações presentes e as futuras e que, os recursos só deverão ser utilizados, na medida exata para que não traga prejuízo às futuras gerações. Então, surge uma preocupação universal, onde o meio ambiente está em jogo, devido a ações exploratórias descontroladas do homem, cabendo ao próprio homem tentar reverter esse processo de destruição e encontrar o balanceamento correto, para poder usufruir da natureza sem destruí-la, para que no futuro outros consigam fazer o mesmo. De acordo com Jardim (2005, p.190), nessa construção sustentável, a mobilização social mundial é a primeira trilha a ser desvendada pelo homem que percebeu a degradação como efeito de suas ações.

Diante da preocupação social de tornar o debate ambiental prioridade nas agendas políticas internacionais, no ano de 1992, acontece no Rio de Janeiro, a Rio-92 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, outro marco de grande importância para a construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável. O processo de desenvolvimento passa a envolver aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Os acordos para salvar o planeta Terra, passam acontecer em nível global e as ações locais são colocadas como prioridades, para combater as agressões ambientais. Nesta conferência, é elaborado um documento, que em suma apresenta um programa para salvar o Planeta: o Programa das Nações Unidas para o século XXI, a popular Agenda 21.

A Agenda 21 traz alerta a todas as nações e conduz ao debate de questões como a poluição da atmosfera, mudanças climáticas, destruição dos ecossistemas, desertificação, incêndios e derrubadas florestais, poluição dos mares e rios, escassez da água, além de tratar

de outros fatores que contribuem para a degradação do Planeta como a população mundial, o lixo, o consumo, a pobreza, a guerra, a doença, o uso do solo, a agricultura e as fontes energéticas (MISSÃO TERRA, 2002).

As relações sociais debatidas nesse momento passam a dar outro significado ao sentido do Desenvolvimento Sustentável, que representa o vínculo das dimensões econômicas, sociais e ambientais, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1 – Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Nascimento (2008, p. 22)

Assim, cada ser humano passa a ser responsável, assegurando que sua atitude em relação ao Planeta Terra irá garantir que as futuras gerações possam utilizar os recursos naturais. Diante disso, não basta apenas o crescimento econômico, que faz aumentar a distância entre as pessoas mais ricas e mais pobres do mundo, é preciso combater a miséria para encontrar caminhos para o desenvolvimento, e a sustentabilidade só fará sentido se a busca pelo crescimento, não alterar as condições naturais do Planeta.

A evolução do pensamento do Desenvolvimento Sustentável passa fazer parte de um universo mais amplo, as organizações políticas tratam da questão como primordial para o bem estar social, as empresas privadas assumem o tema como importante para o crescimento econômico, pois sendo muitas vezes as principais causadoras dos danos ambientais caminham para ter responsabilidade socioambiental e a sociedade torna-se mais participativa do assunto, iniciando ações, como a criação de ONGs, para proteção ao meio ambiente.

Reverendo as grandes conquistas políticas em defesa do Planeta, há a realização da Habitat II, no ano 1996, em Istambul, Conferência das Nações Unidas para tratar sobre urbanização, onde foram discutidos temas como o “direito à moradia” e a “qualidade de vida nos centros urbanos”. Foi um importante passo para reconhecer um dos problemas socioambientais no mundo: a urbanização (MENEZES, 2004).

Do mesmo modo, em 1997 aconteceu em Nova York, a Rio+5, encontro dos países membros da Organização das Nações Unidas para avaliar o que foi feito desde a criação da Agenda 21 e como estava a situação ambiental do Planeta. As discussões traziam relevantes temas como a falta de água potável e saneamento básico para a população, a poluição do ar nas grandes cidades, a contaminação dos recursos hídricos, entre outros assuntos, que precisavam a partir daquele momento ser objeto de políticas públicas, para que acontecesse concretamente aquilo que havia sido proposto na Agenda 21.

Para mais um balanço da situação ambiental mundial, no ano de 2002, em Johannesburgo, ocorre a Rio+10 – Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Era preciso que as nações reafirmassem seus compromissos em relação ao meio ambiente, analisando se os objetivos da Rio-92 foram alcançados.

A Agenda 21 formou a base dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, e seus indicadores revelaram quatro dimensões relevantes, para que pudessem ser mensurados, como parâmetros para avaliação das “realidades sociais”. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a formulação dos indicadores no Brasil é uma atuação visível para que se concretizem as ideias propostas na Agenda 21, e originaram-se de estudos e levantamentos do IBGE e de outras instituições. Portanto, as dimensões ambiental, social, econômica e institucional, podem ser analisadas no processo das alterações de seus elementos contemplando informações importantes para alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

A **dimensão ambiental**, fornece informações dos recursos naturais, organizados nos temas atmosfera, terra, água doce, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento, já a **dimensão social**, trata dos temas sobre população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança, vinculados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, no caso da **dimensão econômica** os indicadores buscam retratar desempenho macroeconômico e financeiro, os impactos nos consumos de recursos materiais e uso de energia mediante a abordagem dos temas quadro econômico e padrões de

produção e consumo e por fim a **dimensão institucional** se divide nos temas quadro institucional e capacidade institucional, propõe informações sobre a orientação política, a capacidade e os esforços realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável (IBGE, 2008).

A união das nações e a participação da sociedade desencadearam um processo para que o Desenvolvimento Sustentável pudesse aos poucos vir firmar seu conceito em forma de atos políticos e debates teóricos em favor da vida na Terra. Para que isso ocorra, não é necessário que o conceito se torne imutável, mas que se transforme cada vez mais em forma de ação, como a que criou Agenda 21, visando um mundo mais sustentável. Sendo assim, as realizações dessas ações podem permitir uma melhor qualidade de vida para as pessoas que são ignoradas pelos sistemas políticos e econômicos, como os moradores do Terminal Turístico de Tramandaí, dando a eles um poder de participação na conquista do Desenvolvimento Sustentável.

1.1.1 Agenda 21

Dezoito anos se passaram, desde a realização da Rio-92, Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a criação da Agenda 21 Global. Lemons e Brow (1995) afirmam que a Agenda 21 é baseada na noção que o Desenvolvimento Sustentável não é uma opção, mais uma necessidade urgente. Segundo Nascimento (2008), a Agenda 21 visa um novo modelo de desenvolvimento, onde ocorre a proteção ambiental, a justiça social e a eficiência econômica. Esse modelo de desenvolvimento sustentável, citado pelos autores, assegura que comunidades como a do Terminal Turístico de Tramandaí possam reverter suas práticas de degradação e superar os desafios da sustentabilidade.

Durante esse período, desde a criação da Agenda 21 Global, cada Estado participante criou a sua Agenda Nacional. No Brasil para cumprir esse desafio, foi criada por decreto presidencial a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21– CPDS, tendo como função coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira. O enfoque, da Agenda 21 Brasileira, está voltado para as dimensões ambiental, social, econômica e institucional, tendo como base a realidade brasileira. As ações propostas, não deveriam ser vistas como programas do governo, mas como ações conjuntas, devido à

participação de diversos setores da sociedade brasileira (MMA/PNUD, 2000).

Conforme o Ministério de Meio Ambiente, a base da discussão e elaboração da Agenda 21 Brasileira parte de seis eixos temáticos, sendo eles: a Gestão de Recursos Naturais, a Agricultura Sustentável, a Infra-estrutura e Integração Regional, a Redução das Desigualdades Sociais e também a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (MMA/PNUD, 2000).

Segundo o Instituto Brasil PNUMA – Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, entidade privada sem fins lucrativos, “a Agenda 21 propõe mudar o rumo da humanidade na direção de um melhor padrão de vida para todos, ecossistemas melhor gerenciados e protegidos, e um futuro mais próspero e seguro. É um documento político, que pressupõe a ampla participação da sociedade na tomada das decisões necessárias, bem como a existência de instâncias institucionais que favoreçam sua implementação. É um processo de transformação cultural, de mudança de mentalidades e de comportamentos em direção a uma sociedade com padrões sustentáveis de produção e consumo. Pressupõe que os governos e a sociedade em geral sentem-se à mesa para discutir e diagnosticar os problemas, identificar e entender os conflitos envolvidos, e decidir sobre a melhor forma de resolvê-los, para iniciar o caminho na direção da sustentabilidade da biosfera”.

O capítulo 28 da Agenda 21 Global, que trata sobre às Iniciativas das Autoridades Locais em Apoio a Agenda 21, considera que muitos problemas e soluções tratados na Agenda 21, têm suas raízes nas atividades locais, e que um fator determinante para a realização de seus objetivos é a participação e cooperação das autoridades locais. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infraestrutura econômica, social e ambiental, supervisionando os processos de planejamento, estabelecendo as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas nacionais e subnacionais. Devido o nível de governo, está mais próximo ao povo, desempenha um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável (Agenda 21, 2010).

Por tanto, para identificar problemas relevantes dentro dos municípios a Agenda 21, propõe a criação da Agenda 21 Local, que segundo o Ministério do Meio Ambiente é um recurso para o planejamento de políticas públicas, de modo participativo, envolvendo a

sociedade e o governo, abrindo a discussão para os problemas ambientais, sociais e econômicos locais, debatendo sobre soluções desses problemas, identificando e implementando ações concretas, com vista para o desenvolvimento sustentável local (IBGE, 2005).

Segundo Born (2002, p. 79), “a Agenda 21 Global é produto de uma dinâmica que buscou questionar a conceituação e a aplicação de políticas globais, nacionais e locais com um foco quase dimensional (crescimento econômico) do modo de desenvolvimento, como se as demais dimensões (social, ambiental, política, etc.) fossem efeito direto da realização daquela”. Sendo assim, é possível afirmar que a Agenda 21, orienta para realização de políticas públicas mais eficazes em nível global, nacional, regional e local.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

O meio ambiente mais sustentável está amparado nas dimensões econômica, social e ambiental, como foi visto anteriormente, e para que ocorra esse processo de modo satisfatório, muitas questões precisam ser discutidas como: redução da pobreza, consumo consciente, uso de energias renováveis, construção de tecnologias de preservação natural nas indústrias, controle populacional e urbanização, entre outros assuntos que necessitam de ações objetivas para alcançar soluções. Sob esse aspecto o poder público atua no gerenciamento das políticas de preservação e proteção ambiental.

Conforme Nascimento (2008), conferências como a de Quioto no Japão, em 1997, reúne representantes de vários países para tratar de problemas ambientais em nível mundial, onde são firmados acordos internacionais de comprometimento para combater as causas das degradações ambientais, como no caso, o Protocolo de Quioto, que busca mecanismos de redução de emissão de CO₂, causador do efeito estufa, que provoca o aquecimento global. Sob esse tema, um aspecto importante a ser destacado é a estratégia de flexibilização, no processo de redução dos gases do efeito estufa, onde para atingir o objetivo principal de redução das emissões, os países mais ricos poderiam pagar para que países em desenvolvimento criassem sistemas de captura de carbono, com projetos de MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Portanto, como consequência desses tratados e acordos mundiais sobre a preservação ambiental, os países através do poder público, a eles organizados, criam novas legislações para a institucionalização das políticas públicas sobre as questões ambientais, ou seja, o poder público possui o embasamento legal através das políticas ambientais, para o controle de ações, que determinam o que é permitido ou não, regulamentado em lei específica, cabendo a punição para aqueles que descumprirem as regras causando degradação ao meio ambiente. Sobre os objetivos da política ambiental Silva (2006, p. 60) ressalta:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O autor também aponta que o interesse da sociedade nas questões ambientais se tornou crescente, exigindo tanto os procedimentos legais quanto um aparato administrativo para atendê-las. O sistema administrativo ambiental se caracteriza como o gerenciamento de “uma grande diversidade de processos ecológicos localizados nos mais diversos ecossistemas” - (DIAS, 2006 p.74). O administrador ambiental tem papel fundamental, necessitando de uma capacitação técnico-científica, para monitorar as condições ambientais, sejam elas os processos naturais ou os problemas gerados pelas ações humanas.

Diante disso, percebe-se a importância do envolvimento de diversos atores neste processo. Segundo Quintas (2006, p. 30), ao falar do envolvimento dos atores sociais na busca do meio ambiente preservado define a Gestão Ambiental como:

Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

Dias (2006), revela que existem fatores que contribuem para que não ocorra o cumprimento eficaz da gestão ambiental pública, são eles:

- a. ausência de recursos financeiros, que obriga a paralisação de muitos projetos ambientais, antes de sua conclusão;
- b. responsabilidade de apenas um órgão do governo, ou seja, a “departamentalização do problema” quando outros órgãos públicos não querem cumprir obrigações além de suas esferas;

- c. execução de políticas isoladas, que não emergem, devido à influência de outros contextos, como o econômico, por exemplo, que tende a sobressair em casos assim;
- d. falta de capacitação profissional dos gestores públicos, que desconhecem as questões ambientais;
- e. deficiência no monitoramento das áreas públicas de proteção ambiental;
- f. ausência de participação da sociedade no reconhecimento das questões ambientais.

Sendo assim, a gestão ambiental pública pode muitas vezes ser ineficiente, devido a esses fatores, que implicam no resultado eficaz dos arranjos político-institucionais para a implementação das estratégias políticas para o meio ambiente.

Segundo Quintas (2006, p. 30), como mediador no processo de Gestão Ambiental, o Poder Público, é detentor de poderes e obrigações estabelecidos na legislação, que lhe permitem promover desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais (incluindo à criação de incentivos fiscais na área ambiental) até a reparação e a prisão de indivíduos pelo dano ambiental. Neste sentido o Poder Público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetivas e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso dos recursos naturais, cria e gerencia áreas protegidas, obriga a recuperação ambiental pelo agente causador, promove o monitoramento a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento de sua função mediadora.

Dias (2006, p. 74), caracteriza as quatro ações de gestão ambiental, mais importantes, em uma administração municipal que, por exemplo, seriam: 1) a atividade das burocracias públicas envolvidas nos mais diversos órgãos que enfrentam a questão ambiental, 2) as atividades ligadas ao gerenciamento, acompanhamento e monitoramento de atividades potencialmente poluidoras ou que interferem no ambiente natural, 3) as atividades ligadas à administração de praças parques e jardins e 4) o monitoramento de áreas de proteção ambiental e espaços especialmente protegidos.

Giovannini (1997) ressalta sobre os regimes democráticos e o meio ambiente, que é preciso utilizar os recursos existentes e alocá-los da melhor maneira, assim como a construção de ações locais, dando vez a participação das comunidades, conhecedoras da realidade. Nesse

caso, seria como uma inversão dos poderes, onde as políticas não vão ser centralizadas do alto comando visando o objetivo fim, mas renunciadas pelas comunidades que apontam os meios para encontrar as melhores soluções ambientais.

Sendo assim, uma alternativa, que envolveria a realidade local, seria o turismo, que aparece muitas vezes, na pauta das políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda e pode ser considerado um requisito do Desenvolvimento Sustentável.

1.2.1 Turismo sustentável

A comunidade do Terminal Turístico sobrevive basicamente da atividade econômica do turismo, por tanto, este é o meio de geração de renda das famílias que ali residem, e como se tratando de uma cidade litorânea, tem seu auge no verão.

Segundo Oliveira (2008), a atividade do turismo tem uma contribuição muito importante, tendo como destaque a criação de riquezas, melhoria social, com mais empregos, melhor distribuição de renda, investimentos e inovações, preservação do ambiente e recuperação do patrimônio histórico e cultural. Seus efeitos interagem em vários domínios da sociedade, e de um modo geral, envolvem de forma sinérgica os ambientes: cultural, ecológico, econômico, político e social.

Segundo Corsi (2004) o conceito de turismo sustentável foi desenvolvido para impedir os riscos que a condução imprópria da atividade pode provocar no meio ambiente, propondo uma divisão mais justa de convívio, para que nenhum dos parceiros venha sofrer consequências danosas e procurando o equilíbrio entre o econômico e a conservação do meio ambiente.

Existem casos em que o turismo leva a uma degradação ambiental, porém em outros, o resultado pode ser favorável, mantendo a preservação ambiental. Segundo Dias apud Amaral (2008), o turismo é um caminho para o aumento da consciência dos valores ambientais e pode servir como ferramenta para financiar a proteção das áreas naturais e sua importância no desenvolvimento econômico.

Apesar disso, muitas ações voltadas para área do Desenvolvimento Sustentável não ocorrem no modo e tempo eficiente, pois existe a falta de recursos para que se realizem

políticas públicas voltadas para essa área, capazes de reduzir os impactos socioambientais negativos, pois estes aumentam gradualmente.

1.3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Ao tratar dos Impactos Socioambientais, primeiramente é preciso reconhecer quem são os atores sociais envolvidos com a questão e de que maneira essa modificação ambiental, influência em sua vida e seu habitat. A comunidade do Terminal Turístico vive em um ambiente degradado em virtude de processos socioeconômicos, como a falta de investimentos de recursos públicos, que levaram a um aviltamento, perdendo suas características naturais e culturais.

Tendo em vista a sensibilização social em torno da importância da racionalização dos recursos naturais, muitas ações humanas precisam ser controladas, para obter uma melhor qualidade de vida. Nos últimos anos, acordos e metas fixadas em torno do termo desenvolvimento sustentável, sinalizam para a implementação de mecanismos de gestão pública e privada que controlem os impactos negativos do crescimento econômico sobre o meio ambiente e as sociedades (IBGE, 2005).

De acordo com a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, o art. 3º determina o consenso “Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” Sendo que qualquer alteração das características do ambiente natural é qualificada como degradação da qualidade natural, onde a poluição ou a degradação da qualidade ambiental podem ser resultado de atividades que direta ou indiretamente afetam de modo negativo:

- I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II. as atividades sociais e econômicas;
- III. a biota;
- IV. as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

V. a qualidade dos padrões ambientais estabelecidos.

Portanto, o uso inadequado dos recursos naturais, leva a degradação ambiental causando impactos, muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente, e por isso precisam ser controlados pelo poder público e fiscalizados pela sociedade, como as seguintes alterações ambientais negativas:

- ✓ Loteamentos irregulares devido à invasão de Terras Públicas. Segundo Diniz apud Oliveira (2006), a falta de recursos próprios e a negligência do Estado, faz com que haja ocupações humanas em territórios, que apresentem alternativas mais baratas, sendo muito prejudiciais ao meio ambiente. Um exemplo que ocorre na maioria das cidades brasileiras é a contaminação de seus rios, devido o lançamento de lixo, esgoto e outras substâncias tóxicas, pelos moradores que ali residem.
- ✓ Falta de saneamento básico. Conforme a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN, 2010), se não receber tratamento adequado, o esgoto pode causar enormes prejuízos à saúde pública por meio de transmissão de doenças, sendo pelo contato direto ou através de animais que transmitem a doença, podendo ainda poluir rios e fontes, afetando os recursos hídricos e a vida vegetal e animal.
- ✓ Pisoteamento e retirada de areia das dunas. De acordo com Sánchez (2006), o patrimônio genético representado pela biodiversidade, além de considerar natural, deveria se considerado como patrimônio cultural, pois supõe conhecimento (científico ou tradicional) que permita seu aproveitamento.
- ✓ Poluição sonora. A poluição sonora não é apenas um problema de desconforto acústico, ela agride o meio ambiente e, conseqüentemente afeta o interesse difuso e coletivo, à medida que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano (MACHADO, 2003).
- ✓ Acúmulo de lixo e resíduos sólidos deixados pelos turistas. A disposição inadequada de resíduos sólidos, á margem de ruas ou cursos de água, podem levar à contaminação de corpos de água, enchentes, assoreamentos, proliferação de

vetores transmissores de doenças. Tudo isso, aliado a poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente (MUCELIN, BELLINI, 2008).

- ✓ Poluição estética e visual da localidade. A alteração da paisagem também é considerada um processo de degradação ambiental. No caso em estudo, ocorreu essa mudança com a criação do Terminal Turístico, e conseqüentemente com o assentamento de pessoas que ali chegaram para residir.

Conforme Coelho (2005), o impacto ambiental não é somente o resultado de determinada ação sobre o meio ambiente, é também a relação de mudanças sociais e ecológicas, sendo assim, um movimento contínuo, um processo em movimento permanente, que ao mesmo tempo é produto e produtor de novos impactos. A autora também aponta que os problemas ambientais (ecológicos e sociais), não atingem igualmente o mesmo espaço urbano, pois atingem muito mais, os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que das classes mais elevadas.

Segundo Sánchez (2006), uma definição de poluição seria a entrada no meio ambiente de qualquer forma de matéria ou energia que afetem negativamente o homem ou outros organismos. O autor conceitua a degradação ambiental como uma alteração adversa da qualidade ambiental ou qualquer alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais, o mesmo que impacto ambiental negativo, pois o autor destaca que, enquanto a poluição e a degradação ambiental têm somente uma conotação negativa, o impacto ambiental é a alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana, podendo ser benéfico ou adverso (positivo ou negativo). Ainda segundo o autor, a poluição e a degradação ambiental, podem se manifestar em diferentes graus, sendo que às vezes um ambiente degradado pode ser recuperar espontaneamente, porém dependendo do grau de degradação, isso não ocorre, necessitando de uma ação corretiva.

Por tanto, o uso inadequado dos recursos naturais, levam a degradação ambiental causando impactos, muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente, e por isso precisam ser controlados pelo poder público e sociedade. Segundo Filho (1993) a preocupação com a gravidade dos problemas ambientais e em função das diretrizes emanadas pela Conferência de Etocolmo, de 1972, diversos métodos e instrumentos de avaliação foram desenvolvidos visando a incorporação de planejamento e projetos de previsão dos impactos sobre o meio

ambiente, decorrente de ações como planos, projetos e programas de desenvolvimento. O autor destaca a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), como um instrumento bastante reconhecido como processo de avaliação e gerenciamento ambiental. Para Barbieri (1995), o objetivo da AIA, ao determinar a viabilidade de um projeto, está relacionado com os danos, conflitos e agressões aos recursos naturais e sociedade, garantido que problemas potenciais sejam previstos e tratados em uma etapa anterior ao planejamento do projeto.

É preciso, assim, o emprego de propostas que apontem caminhos para que a comunidade do Terminal Turístico de Tramandaí possa transformar seu ambiente degradado em um ambiente melhor, utilizando ações mitigadoras dos impactos ambientais negativos.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, nesta pesquisa, foi realizado um estudo de caso sobre a localidade do Terminal Turístico da cidade de Tramandaí, e assim poder verificar que fatores ocorreram nos últimos anos, que geraram impactos socioambientais negativos e que impedem o Desenvolvimento Sustentável da localidade. Através do método, será possível reconhecer os impactos socioambientais e propor soluções alternativas para que ocorra o Desenvolvimento Sustentável no referido Terminal Turístico.

2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

Como pode ser observado, o fenômeno estudado envolve a análise dos impactos socioambientais de uma localidade no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, o Terminal Turístico de Tramandaí, que é uma área pertencente à Administração Pública Municipal e sofre danos ambientais constantes.

A abordagem será qualitativa, cujo método a ser empregado é o estudo de caso. Vieira (2006, p. 15) afirma que a abordagem qualitativa é definida de acordo com o axioma de crenças do investigador e é relevante por descrever detalhadamente os fenômenos e elementos que envolvem o método, assim como os depoimentos dos autores sociais envolvidos, os discursos, os significados e os conceitos.

Segundo Severino (2007, p. 121) estudo de caso é “ a pesquisa que se concentra em um estudo de caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. O modo da pesquisa escolhido é o de campo, pois aprofunda uma realidade específica, o seu desenvolvimento exige um planejamento geral, um plano específico para a coleta de dados, e um relatório escrito das várias etapas da pesquisa, incluindo os resultados obtidos (ANDRADE, 2009).

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados, utilizando fontes primárias e secundárias, que forneceram as informações específicas sobre os temas, fundamentando assim a discussão teórica sobre o problema de pesquisa. Outra técnica de pesquisa utilizada foi a de documentação indireta, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e as entrevistas. Segundo Andrade (2009), a técnica da entrevista é a mais eficiente para obtenção das informações, conhecimentos ou opiniões sobre o tema.

2.3 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, com base em um roteiro pré-estruturado. Porém, mesmo estabelecendo uma estrutura formal, consistiu em uma conversação informal, onde os entrevistados tiveram a liberdade para relatar suas opiniões e experiências, desenvolvendo a entrevista de forma coerente. Foram entrevistados três gestores públicos, sendo eles o prefeito municipal, um vereador representando a Câmara Municipal e uma educadora ambiental, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Para maior consistência das informações obtidas, também foram selecionados para a entrevista cinco moradores do Terminal Turístico de Tramandaí (principais atores sociais, que sofrem com os impactos socioambientais negativos que ocorre na localidade), com a devida autorização dos mesmos.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

No estudo exploratório e bibliográfico, foram obtidas informações para encontrar a origem dos problemas. Com o resultado das entrevistas, foi possível analisar os diferentes pontos de vista sobre a realidade local e a partir dessa questão foi realizada uma análise de conteúdo.

Segundo Bardin apud Maia (2007), a análise de conteúdo possui um campo de aplicação vasto, pois considera que qualquer comunicação pode ser decifrada por suas técnicas, sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, não objetivando apenas a descrição dos conteúdos, mas principalmente a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou eventualmente de recepção, podendo essa inferência ocorrer a indicadores quantitativos ou não.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo será feito um breve relato sobre o histórico do Terminal Turístico de Tramandaí, o início de sua idealização como um projeto de turismo social, sua localização e a sua caracterização nos dias atuais. O capítulo também aborda quais os principais problemas socioambientais encontrados atualmente na localidade e, quais fatores ocorreram, promovendo esses impactos negativos e a suas implicações para que ocorra o Desenvolvimento Sustentável local. Além disso, foram avaliadas as políticas públicas municipais, voltadas para Desenvolvimento Sustentável, assim como a apresentação de alternativas, para que ocorra o Desenvolvimento Sustentável no Terminal.

3.1 HISTÓRICO DO TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ

Segundo Hohfeldt, Valles (2008), nas décadas de 70 e 80, o Rio Grande do Sul se torna um Estado de conscientização turística. Profissionais do setor turístico, como os senhores Oswaldo Goidanich e Roberto Eduardo Xavier, defendiam o desenvolvimento do turismo interno, preservação do patrimônio cultural e natural de nosso país, promovendo um produto turístico fortalecido, através de parcerias públicas e privadas, com apoio de empresários. Nessa mesma época era criada a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul.

Ainda conforme os autores, no ano de 1971 foi autorizada ao Poder Executivo Estadual a constituição da Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR), através da Lei 6.238, que determinava sua função (HOFELDT; VALLES, 2008, p. 114):

A CRTUR desenvolverá suas finalidades mediante a prestação de serviços especializados e a realização de estudos, programas e projetos que visem à concretização de medidas de ordem técnica e administrativas tendentes a fomentar o turismo e as atividades correlatas no território do Estado, bem como realizar outros encargos e serviços vinculados aos objetivos do turismo ou deles decorrentes, cuja execução interesse ao seu desenvolvimento econômico.

Existia um estudo de viabilidade turística no Estado, que apontava fatores como a exploração de áreas que ofereciam melhores condições de acesso e localização, variedade paisagística, diversidade climática, acervo étnico cultural, estruturação e calendário de eventos. A

cidade de Tramandaí, localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul oferecia muitos atrativos naturais e possuía os requisitos para se tornar uma cidade turística. Assim, nessa época foram iniciadas ações de relevante interesse turístico, como a desapropriação de terras no litoral, entre elas uma área no município de Tramandaí, onde se planejava a construção do “Parque Balneário de Tramandaí”.

Começavam as construções dos terminais turísticos do litoral, entre eles o **Terminal Turístico de Tramandaí**, objeto de estudo desta pesquisa, fruto de uma ideia inovadora: o turismo social. Era a oportunidade de pessoas, de classes menos favorecidas, terem um dia de descanso e lazer na praia. Esses turistas chegavam ao litoral, em ônibus de excursão e encontravam um prédio com área de alimentação, banheiros com sanitários e chuveiros, onde poderiam passar o dia, usufruindo dessa estrutura, sem pagar nada. Também havia sido projetado um “camping” para o local. No município não é possível encontrar registros exatos, mas por informações de moradores e veranistas mais antigos do município, por algum tempo, o Terminal Turístico de Tramandaí, atendeu essa demanda de turistas, cumprindo sua finalidade de proporcionar o turismo social.

Nas décadas de 80 e 90, ocorreu uma crise das finanças do governo, período no qual faltaram investimentos em muitas obras e setores da Administração Pública Estadual. Segundo Carvalho (2006), uma das prováveis causas dessa crise foi o aumento contínuo do crescimento da dívida pública estadual, onde muitos setores ficaram sem o repasse de recursos financeiros, sendo necessário renegociar as dívidas, entre outras medidas, para acabar com o déficit público e iniciar novos investimentos no Estado. Muitas estatais passaram por transformações expressivas, algumas foram privatizadas e outras liquidadas, entre elas a Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR). A extinção da CRTUR ocorreu no ano de 1995 de acordo com a LEI Nº 10.360, de 16 de janeiro de 1995. Tendo em seu artigo 1º, a seguinte providência:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir a Companhia Rio-grandense de Turismo - CRTUR, sociedade de economia mista cuja constituição foi autorizada pela Lei nº 6.238, de 23 de julho de 1971, mediante liquidação, observadas as disposições legais pertinentes.

No ano seguinte, abrangida pela lei 10806/96, o Poder Executivo estava autorizado a doar as áreas e propriedades da Companhia Rio-Grandense de Turismo - CRTUR, em liquidação, ao respectivo Município onde estavam localizados, assim como área do Terminal Turístico de Tramandaí, constante de uma área de terras com 72.960m², no Município de Tramandaí,

conforme matrícula nº 26.704, do Ofício do Registro de Imóveis, da Comarca de Tramandaí, Livro 2 do Registro Geral.

Durante esse período de crise financeira, que levou a extinção da CRTUR, até a transição da posse de propriedade para o Município de Tramandaí, houve um abandono da área do Terminal Turístico da cidade, por parte do Governo Estadual, e a consequência disso motivou a depredação do local por vândalos. Mesmo assim, continuou um crescimento significativo no número de excursionistas que passaram a visitar o local, além do fato que muitos trabalhadores da época da construção, ou que buscavam emprego temporário no veraneio, acabaram invadindo as terras públicas e morando no local.

Quanto à caracterização urbana da localidade, segundo Farion (2007), conforme levantamentos da FEPAM (2001), o Município de Tramandaí possui diferentes graus de urbanização na sua faixa de praia, sendo vinculadas a essa urbanização as características dos estabelecimentos à beira mar. A área do Terminal Turístico (Figura 02) é caracterizada por uma urbanização recente, de caráter residencial, mantendo vários terrenos vazios, apresentando estruturas de pequeno porte. Essa área é destinada aos excursionistas, local onde ficam estacionados os ônibus de excursão. Caracterizado, segundo o Plano Diretor do Município como área especial.



Figura 2 – Área do Terminal Turístico de Tramandaí

Fonte: Imagem de Satélite Digital Globe. Disponível em: Google Earter.
Acessado em 18/12/2009.

Sobre os aspectos de desenvolvimento econômico e turismo a Administração Pública Municipal ao instituir Plano Diretor do Município de Tramandaí, conforme a Lei 2.478/2006 (Capítulo I, sobre as Políticas Públicas, Título II do Desenvolvimento Econômico e Social, e seção III do Turismo, conforme o Art. 13), estabelece que o Poder Executivo promoverá e incentivará o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município de Tramandaí. O artigo IX, por exemplo, prevê “remodelar totalmente o terminal turístico, dotando-o de condições plenas de acomodar o fluxo de turistas de um dia, provenientes de todo o estado e especialmente da região metropolitana”.

Nos dias atuais, o Terminal Turístico de Tramandaí, ainda recebe as excursões de turistas, que são chamados de “turistas de um dia” e também, um fluxo muito grande de visitantes da localidade, que participam de festas religiosas e da Cavalgada do Mar (encontro tradicionalista de cavalarianos), o que motivou a construção de pequenas pousadas na localidade e também um número expressivo de barzinhos e quiosques, na área pública que foi invadida.

A realidade local evidencia a degradação do meio ambiente, reflexo da falta de ações de políticas públicas, que se intensificam, assim como, os problemas de ordem econômica e social, que a comunidade do Terminal Turístico de Tramandaí enfrenta, gerando muitos conflitos internos.

Corrêa (2000), ao falar sobre os processos produtivos e o uso indiscriminado dos recursos naturais, afirma que um problema grave que ocorre, é a necessidade dos governos de descentralizarem suas decisões administrativas através da delegação aos municípios, que passam a gerenciar uma demanda maior. Porém, essa medida descentralizadora acaba por não acompanhar um aporte de recursos suficientes ou um treinamento, tendo em vista, uma melhor capacitação gerencial daqueles que passariam a ser os novos responsáveis por essas ações. O exemplo, trazido pelo autor, também poderia servir de modelo para o caso em estudo, pois houve a descentralização das ações administrativas do Estado, para o Município de Tramandaí, e a ausência total de recursos impossibilitou o município de qualquer investimento na localidade. Sabendo que essa descentralização ocorreu devido déficit público estadual, podemos dizer que, apenas se transferiu o “problema” de uma esfera pública para outra.

3.2 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NEGATIVOS DO TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ

Como resultado das observações feitas e com base na literatura consultada, identificou-se na comunidade do Terminal Turístico de Tramandaí, os seguintes impactos socioambientais negativos: a posse ilegal de terras públicas, por moradores, que ocorre atualmente (por meio de vendas de terras), não possui nenhuma legitimidade e não garante direito aos proprietários, e iniciou quando os primeiros trabalhadores se estabeleceram no local. As residências são construídas de forma precária oferecendo insegurança aos moradores e não possuem saneamento básico. No período de veraneio ocorre um excessivo pisoteamento das dunas (Figura 02), mas o que é mais grave é a retirada clandestina da areia, para fazer aterros na construção civil. Quando as excursões chegam, é possível constatar uma grande quantidade de lixo espalhada pelo local, além da poluição sonora produzidas pelos ônibus, tanto pelo barulho dos motores, quanto pelo som dos rádios trazidos pelos excursionistas.



Figura 03– Pisoteamento das Dunas -2010

Fonte: Dados da Pesquisa

3.2.1 Os impactos socioambientais identificados pelos moradores locais

O relato de cinco moradores da localidade do Terminal Turístico de Tramandaí, que foram entrevistados, confirma alguns impactos socioambientais negativos, que já haviam sido descritos na pesquisa. Todos os moradores autorizaram a divulgação de seus nomes e dados coletados através da entrevista, entretanto em respeito aos entrevistados e para preservar suas identidades seus nomes não serão divulgados.

Segundo um dos moradores, que reside no local há cinco anos, desde que veio a passeio e decidiu comprar um comércio, morar no local é ótimo, em comparação com a cidade no qual ele morava antes. Esse morador diz que as excursões de turistas são muito importantes, pois aumenta a renda dos comerciantes e a oferta de empregos na localidade. Suas reclamações foram sobre a falta de interesse dos órgãos públicos com a localidade como, falta de chuveiros públicos para os turistas e ausência de uma lixeira para descartar material reciclado na comunidade, pois na sua opinião os moradores deveriam ser mais educados, colocando o lixo em local apropriado. Mas, o que mais lhe incomoda, é a desatenção aos comerciantes que pagam alvará e estão regularizados, pois no verão, não existe fiscalização e abre inúmeros comércios irregulares. Este mesmo morador também alegou que a Prefeitura Municipal retirou o asfalto da estrada de acesso principal, o que causa danos aos comerciantes:

[...] a gente trabalha direito no verão, tinha asfalto na frente do comércio, a prefeitura arrancou cem metros na frente do outro comércio, quando ele fez a regularização. Em 2006 quando eu fiz a minha regularização eles arrancaram o asfalto. Na campanha eleitoral fizeram promessa de avenida [...] então que faça o calçamento.

A segunda entrevistada costumava veranejar no Terminal Turístico de Tramandaí, quando há quatro anos, recebeu uma proposta de trabalho e decidiu morar no local, que também considera ótimo também para moradia. A entrevistada acredita que as excursões trazem bastante benefício, apresentou como exemplo, a sua própria situação econômica, que teve uma melhora significativa e lhe proporcionou a compra de sua casa. Quando questionada sobre a área que mais necessita investimentos no Terminal Turístico de Tramandaí, apontou a segurança pública, pois no verão ocorrem muitas brigas entre os excursionistas, e o local deveria ter um posto policial. Sobre as questões de preservação ambiental, esta moradora afirma que as dunas do local devem ser preservadas, e que as pessoas não deveriam instalar

seus quiosques na areia das dunas e sim na praia, e ao final do veraneio, esses quiosques deveriam ser retirados. Também foi mencionada a falta de união dos moradores, para a realização de benfeitorias no local.

O terceiro entrevistado, por sua vez, faz dez anos que veio de outra cidade e ficou morando no Terminal Turístico pela oferta de emprego na construção civil. Esse morador afirma que as excursões são importantes para o aumento de renda dos moradores, pois traz lucro para os comerciantes, e isso faz com que aumente a prestação de serviço durante do ano. O entrevistado notou que, desde que se mudou, houve um aumento considerável de moradores e acha bom morar no local, apesar da sua preocupação com a segurança, e considerar um lugar muito abandonado pela prefeitura. Ele afirma que existe a falta de união dos moradores para reivindicar melhorias. Sobre as questões ambientais, ele acredita ser muito importante a preservação, principalmente em relação à poluição do mar, pois a pesca serve de alimento e renda para muitas pessoas.

Quanto à quarta entrevistada, esta acredita ser a pessoa que mais tempo reside no local: quarenta e cinco anos. Seus pais também residiam no local, sendo que, seu pai participou da construção do Terminal Turístico, na década de 70. A entrevistada chamou atenção para a grandiosidade da obra naquela época. Atualmente, esta moradora está aposentada, e quando questionada sobre como é morar na localidade, ela garante que é regular. Passado o verão, pretende se mudar para outro bairro, que julga ser mais seguro, pois para ela um dos principais problemas da localidade é a falta de segurança. A entrevistada demonstrou-se surpresa com crescimento, nesses últimos cinco anos, do número de moradores no local. Sobre a questão das excursões, a moradora acredita que o aumento de renda e emprego da localidade ocorre por causa delas, e que os excursionistas não deveriam vir somente um dia para a praia, também precisariam ficar durante o final de semana. Esta mesma entrevistada se diz decepcionada com a administração pública, sobretudo com a falta de reparos da estrada principal, pois segundo ela:

[...] essa rua aí, tem muita poeira e tá cheia de buraco, parece que abandonaram a gente aqui.

Quando questionada sobre as questões ambientais, demonstra bastante preocupação a respeito da preservação, porque para ela, existem pessoas que causam muita destruição dos recursos naturais, e citou como exemplo, a morte de várias pessoas, que moravam em locais que desabaram após fortes chuvas, devido aos desmatamentos. A moradora traz que a

comunidade do Terminal Turístico deveria cuidar para que ninguém retirasse areia das dunas, pois muitos fazem isso à noite, esquecendo que as dunas são uma defesa contra o avanço do mar.

A última entrevistada reside a quarenta anos no local. Seus familiares também participaram da construção do Terminal Turístico. Ainda hoje, ela acredita que as excursões são fontes de emprego e renda para os moradores, e isso para ela, justifica o número expressivo de moradores. A falta de segurança para esta moradora é um problema grave, pois não existe policiamento e na época do veraneio maus elementos vêm para a localidade, e quando existe uma ocorrência a polícia demora muito para chegar ao local.

Nota-se, ao final das entrevistas, que apesar das preocupações ambientais dos entrevistados, eles acreditam que a degradação ao meio ambiente, provocada pelos excursionistas pode ser justificada, podendo ocorrer também, pela falta de educação ambiental dos moradores locais. Isso mostra que esses cidadãos, são extremamente dependentes da economia gerada pelo turismo, e com exceção do período eleitoral, eles não participam de nenhum outro processo democrático. Outro fato que chama atenção é o sentimento de abandono, demonstrado pelos moradores, consequência da própria história cultural da localidade.

3.2.2 Os impactos socioambientais identificados pelos gestores públicos

Para responder os objetivos específicos da pesquisa é indispensável, reconhecer as percepções dos gestores públicos, sobre os impactos socioambientais do Terminal Turístico de Tramandaí. Como eles avaliam as consequências desses impactos e quais são suas propostas de ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável local.

Quando questionados sobre os principais problemas socioambientais encontrados na localidade do Terminal Turístico de Tramandaí, os gestores públicos apontaram a falta de saneamento básico e a ausência de infraestrutura, como problemas originados pelo crescimento desordenado e construções irregulares. Além disso, outro problema mencionado foi à degradação ambiental, gerada pelo acúmulo de lixo produzido pelos excursionistas. Sobre os principais efeitos desses problemas, os gestores públicos apontaram o desequilíbrio ambiental e o risco de contaminação e proliferação de doenças dos moradores.

O prefeito municipal destacou que houve falta de planejamento quando o Terminal foi criado, gerando uma exclusão social:

[...] no passado nós queríamos excluir o pobre do meio e do convívio das pessoas de melhor poder aquisitivo, então se criou os três terminais turísticos: o de Cidreira, o de Tramandaí e o de Torres. Onde se pensava que pobre não pode ter isto, ou não ter aquele luxo [...] só pode vir de ônibus.

Um fato importante que necessita ser lembrado, é que os terminais turísticos foram idealizados como “turismo social”, dando oportunidade de lazer às pessoas de menor poder aquisitivo. Porém, esse propósito acabou afastando progressivamente do seu objetivo, devido às diferenças sociais e culturais dos excursionistas que frequentavam o local. Essas pessoas acabaram marginalizadas, ou seja, excluídas do convívio da sociedade. Segundo Oliveira (2008), os impactos produzidos por esses turistas (migrantes de outras localidades) não são apenas sociais, pois estas pessoas muitas vezes não se submetem ao controle social e conseqüentemente aplicam estratégias ambientalmente insustentáveis colocando em risco a integridade local.

3.2.3 Implicações para o desenvolvimento sustentável local

Na busca pelo Desenvolvimento Sustentável local, será necessário enfrentar muitos desafios, pois fica evidente a ausência de interesse e a deficiência de recursos para a solução dos problemas provocados devido aos impactos socioambientais negativos que ocorrem no Terminal Turístico de Tramandaí.

A existência da participação dos moradores em ações de cidadania é nula e isso é muito grave, pois, os moradores possuem um papel relevante para mobilização e levantamento das questões socioambientais da localidade.

A administração pública municipal, por falta de recursos financeiros, sente-se pressionada a atender outras áreas, com demandas maiores. Porém, segundo Dias (2006), as administrações públicas municipais, por permanecerem próximas dos cidadãos e dos processos ecológicos mais frágeis, necessitam compreender a importância desse problema e tomar iniciativas imediatas para o gerenciamento local.

Portanto, para que não ocorra o agravamento dos problemas, e com base nos princípios da Agenda 21, muitas ações precisam ser iniciadas imediatamente. Em médio e longo prazo, outros projetos visando o Desenvolvimento Sustentável local podem ser projetados, como por exemplo, o reassentamento dos moradores. Em um caso assim, é importante utilizar como instrumento, a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), sem esquecer que, a repercussões de um projeto, podem ir além das consequências ecológicas, pois as ações humanas repercutem sobre as pessoas, seja no plano econômico, cultural e social (SANCHÉZ, 2006).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ

Por meio da pesquisa foi possível reconhecer a existência de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Tramandaí, mesmo que ainda muito distantes do desejável, em termos de conteúdo e aplicação. Para isto, foram entrevistados três gestores públicos, que representam as principais instituições governamentais, possuindo papel principal na articulação das políticas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável. O vereador Luiz Paulo do Amaral Cardoso representou o Poder Legislativo do Município, a educadora ambiental Gabriela Caivano Victoria representou a Secretaria do Meio Ambiente do Município e o Prefeito Anderson José Tomiello Hoffmeister representou o Poder Executivo Municipal.

Quando questionados sobre o que representava para eles o conceito de Desenvolvimento Sustentável, os entrevistados enfatizaram três preocupações: a primeira aponta o crescimento populacional desordenado, que atualmente está provocando catástrofes e desequilíbrio do meio ambiente. A segunda relaciona-se com a capacidade de suprir as necessidades atuais, sem, contudo, deixar de estender um olhar para o futuro. Ou seja, que as necessidades futuras não sejam comprometidas pelo esgotamento dos recursos naturais hoje existentes. E a terceira, mostra a necessidade da administração pública buscar, com empenho, alternativas variadas para que ocorra efetivamente o Desenvolvimento Sustentável no município.

Sobre as ações que foram realizadas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável no Município, os entrevistados deram destaques às seguintes obras:

- - A Lei Municipal que implica multa pecuniária aos arrendatários ou responsáveis de terrenos baldios sujos, que estejam em situação degradante, que contenham animais em decomposição, que acumulem lixo ou empossam água parada;
- - A Lei que inclui no calendário oficial do Município de Tramandaí, o dia nove de setembro, como sendo o “Dia da Defesa Civil”. Nesta data serão desenvolvidas atividades de prevenção, conscientização, estruturação e capacitação que visem prevenir e reduzir os possíveis desastres naturais e situações de anormalidade, risco ou emergência;
- - Projetos e ações de conscientização das pessoas, para que estas usem os recursos de forma que as gerações futuras também possam usufruir;
- - Implantação do Parque Eólico no Município, sendo destacado principalmente o fortalecimento do desenvolvimento econômico, com a arrecadação dos royalties;
- - Projetos na área da construção civil, questões sobre o calendário de eventos e feriados foram relacionados ao assunto por serem fontes de desenvolvimento da economia local. Ações de qualificação profissional, com a expansão e melhoramento das escolas técnicas atuais e a vinda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Tramandaí também foram consideradas ações de promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Sobre a importância destas ações, os entrevistados afirmaram que somente ações concretas e diversificadas poderão promover atitudes de comprometimento e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. E, quando questionados sobre futuras iniciativas a serem promovidas no município visando o Desenvolvimento Sustentável, as manifestações dos entrevistados se deram em torno da implantação da rede coletora de esgoto e abastecimento de água em toda a área municipal e a preocupação com o aumento populacional. A educadora ambiental enfatizou a importância da implementação da Agenda 21 Municipal.

Os entrevistados também apontam que a falta de políticas públicas eficazes, a ausência de comprometimento dos agentes públicos e a omissão por parte da população (seja pela cultura ou falta de conscientização) são os motivos que dificultam a implementação de ações que promovam o Desenvolvimento Sustentável.

Os respondentes julgam que as políticas públicas são consideradas o principal agente que facilita e estimula o Desenvolvimento Sustentável em Tramandaí. Todavia a decorrência desse ponto, fez com que cada entrevistado abordasse um tema distinto. O representante do Legislativo Municipal de Tramandaí, apesar de concordar, trouxe como exemplo (de uma política pública que visa o Desenvolvimento Sustentável), a instalação do parque eólico em Tramandaí, no entanto produziu uma deterioração das dunas, devido sua remoção e utilização como aterro, e que por lei, são consideradas áreas de preservação permanente. Para o entrevistado o interesse econômico se sobrepôs ao interesse ambiental. Já a educadora ambiental, disse que as atuais políticas públicas não enfocam o Desenvolvimento Sustentável, e isso, só irá ocorrer em Tramandaí, quando o município tiver em ação sua Agenda 21. O prefeito municipal voltou a falar da vinda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Tramandaí, como exemplo de políticas públicas, que promovem Desenvolvimento Sustentável e também citou a realização da Festa do Peixe, o acesso fácil e a infraestrutura do município, como fatores de equilíbrio econômico e sustentabilidade municipal.

A respeito dos resultados das ações que foram realizadas no Município, para que ocorresse o Desenvolvimento Sustentável, e se os objetivos haviam sido alcançados, os entrevistados opinaram sobre projetos específicos. O vereador disse que os dois projetos de lei municipais (mencionados na pesquisa) já estão em vigência e confirma melhorias.

A educadora ambiental declarou que os resultados dos projetos de educação ambiental em longo prazo, pois dependem muito do fator conscientização. Segundo a entrevistada:

[...] só saberemos quando as pessoas incorporarem em seu cotidiano as posturas pelas quais se espera.

Sobre este tema, o prefeito municipal destacou o projeto das grandes obras, trouxe como exemplo, a criação do Condomínio Marítimo, que foi projetado dentro do município, mantendo mais de mil árvores nativas, e observou a importância da preservação, pois comparando com outros condomínios, onde as árvores que são plantadas não são nativas e os

lagos são artificiais, o prefeito destacou também que nada vai ser alterado, o morador do condomínio é que terá de se adaptar à natureza local.

Com relação ao objetivo específico que visa “avaliar as políticas públicas voltadas para a área de Desenvolvimento Sustentável do Município de Tramandaí”, os gestores públicos acreditam que somente com a participação de todos, preponderantemente da sociedade, é que se obterá resultados satisfatórios para o Desenvolvimento Sustentável Municipal, e que ainda existem falhas na aplicação e observância da legislação municipal, além da falta de políticas públicas eficazes e empenho dos gestores públicos, mas que, algumas ações já iniciaram no município.

Porém, pode-se perceber que, o conceito aparece muitas vezes como sinônimo de crescimento econômico, o que não permite dizer que as políticas públicas são realmente voltadas para o Desenvolvimento Sustentável, pois este representa o compromisso de poder utilizar os recursos naturais hoje preocupando-se com o uso das futuras gerações e isso implica atingir também nas dimensões sociais e políticas, na valorização de ações mais participativas da sociedade garantindo aos moradores o atendimento de suas necessidades básicas. Como foi proposto por um dos entrevistados, no momento em que o município iniciar a implementação da Agenda 21 Local, que tem como base os preceitos da Agenda 21, que segundo o Ministério do Meio Ambiente (2010) concilia práticas de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, é que será possível a criação de políticas públicas efetivamente voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

3.4 ALTERNATIVAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ

Os gestores públicos foram questionados sobre quais ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável poderiam ser realizadas no Terminal Turístico de Tramandaí e qual seria sua sugestão para a promoção destas ações.

Os entrevistados mencionaram que deve ser feita a regularização das famílias que estão assentadas no local. O prefeito municipal, disse que há atualmente uma ação judicial, de demolição da edificação (precária), que existe na localidade (Figura 04).



Figura 04 – O Terminal Turístico de Tramandaí – (2010)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os gestores públicos, também apontaram a necessidade de adoção e implantação de políticas públicas diferenciadas, realmente comprometidas com a saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e integração social. Segundo o prefeito municipal, essas ações visam melhorar as condições sociais, da localidade do Terminal Turístico de Tramandaí, que acabou perdendo o seu objetivo inicial, mas ainda possui uma finalidade.

Cabe, novamente mencionar que, as políticas públicas municipais devem ser construídas com base nos princípios da Agenda 21, e que possam ser utilizados os indicadores das dimensões ambiental, social, econômica e institucional, que servem de parâmetros para obtenção o Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2008).

Portanto, algumas medidas relevantes deveriam ser tomadas, com o objetivo de causar impactos positivos no meio ambiente e na vida dos moradores do Terminal. Mencionam-se, a seguir, algumas sugestões, que poderiam ser acolhidas pela administração pública, para a utilização sustentável dos recursos do local:

- a. Colocação de uma passarela, para que não ocorra o pisoteamento das dunas, no mesmo modelo e padrão, das passarelas que foram instaladas em outros pontos da beira mar;

- b. Monitoramento e fiscalização das dunas, para que não haja a retirada indevida de areia para fazer aterros. Para tanto, é necessário a formação técnica de alguns funcionários, para a realização deste trabalho;
- c. Revitalização da localidade, com a criação de uma praça. Podendo ser citado, como exemplo, a construção da praça do balneário Tramandaí Sul, no próprio Município de Tramandaí, onde houve a participação dos moradores, que revitalizaram a localidade, plantando árvores doadas pelo Horto Florestal do Município;
- d. Criação de projetos de educação ambiental, visando atingir um público-alvo específico: os excursionistas. Promovendo assim, uma ação de integração ambiental desses turistas que, muitas vezes, permanecem apenas um dia na localidade;
- e. Calçamento da principal estrada de acesso, utilizando a pavimentação ecológica;
- f. Colocação de um maior número lixeiras e a criação de um ponto de recolhimento da coleta seletiva (papel, vidro, plástico, óleo de cozinha, pilhas, etc...).

Além disso, também são sugeridas as seguintes ações, para serem realizadas pela Prefeitura Municipal de Tramandaí:

- Iniciar a implementação da Agenda 21 Local;
- Buscar apoio das Universidades, na apresentação de propostas, que proporcionem soluções, para os problemas proeminentes, como o loteamento irregular dos invasores (em propriedade pública) e a falta de saneamento básico;
- Incentivar a participação dos moradores locais, em processos de participação pública, para que esses se sintam responsáveis e com poder para fazer apreciações críticas e sugestões, sobre as políticas públicas locais;
- Participar com outras entidades governamentais (na esfera estadual e federal), interagindo na busca de um melhor gerenciamento de suas ações, como aquisição de recursos e capacitação de gestores.

Entre outras práticas que poderiam ser realizadas pela Prefeitura Municipal, visando o Desenvolvimento Sustentável, salienta-se que o Terminal Turístico de Tramandaí, deveria ser pauta da Secretária de Turismo, que poderá iniciar um plano estratégico, visando o turismo sustentável na localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Gil, Licht e Oliva (2005), nas pesquisas no campo da Administração, o estudo de caso vem sendo cada vez mais reconhecido, como o delineamento capaz de proporcionar resultados mais expressivos dessas pesquisas. Segundo os autores, no campo das políticas públicas, os estudos de caso, constituem a principal modalidade da pesquisa, pois nesse campo, o objetivo é estudar as políticas e seus múltiplos condicionamentos.

O propósito dessa pesquisa foi descobrir como os impactos socioambientais negativos estão interferindo no Desenvolvimento Sustentável na localidade do Terminal Turístico de Tramandaí. A partir desse estudo, foi possível responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos da pesquisa, e seus resultados poderão contribuir para a expansão e implementação de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

As entrevistas realizadas com cinco moradores da localidade e três gestores da administração pública municipal permitiram identificar alguns dos fatores que geram impactos socioambientais negativos e que estariam impedindo a ocorrência do Desenvolvimento Sustentável no Terminal Turístico de Tramandaí.

Na década de 70, quando governo estadual iniciava um plano de expansão turística no Estado do Rio Grande dos Sul, o Município de Tramandaí, por estar localizado no litoral norte, apresentava condições de ser um pólo turístico. Uma das propostas que foi iniciada na época foi justamente a construção de um terminal turístico, que tinha como objetivo, o turismo social e cuja administração era feita pela Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR).

Porém, após a conclusão da obra, alguns trabalhadores, sem perspectivas de emprego em outras localidades, fixaram suas residências no local, iniciando um processo de urbanização irregular, invadindo o território público. Outros acontecimentos, como roubos e a depredação do local, praticados pelos próprios excursionistas, fizeram com que a finalidade do turismo social, fosse se perdendo. Predominaram valores culturais, de exclusão social, daqueles visitantes e moradores da localidade.

A crise nas finanças públicas estaduais, nas décadas de 80 e 90, levou à extinção da Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR), momento em que foi doada a posse do território para a Prefeitura Municipal de Tramandaí. Ocorreu um período de ausência de aplicação de investimentos no local e o processo de degradação ambiental do Terminal começava a se intensificar, com o aumento da urbanização irregular, a retirada frequente de areia das dunas, o crescente número de excursionistas, que espalhavam uma grande quantidade de lixo e produziam excessivo barulho, ocasionando a poluição sonora, além do pisoteamento constante das dunas, na época do veraneio.

Os principais impactos socioambientais negativos foram gerados pela falta de políticas públicas eficientes e o comprometimento dos governantes de manter os projetos já iniciados em governos anteriores. Como pôde ser percebido, a descentralização de ações administrativas, para esferas municipais, sem o aporte suficiente de recursos, para o gerenciamento eficaz desses planos, acabam por negligenciar importantes obras e projetos, que acabam suspensos por falta de interesse e planejamento dos governantes, em longo prazo.

As implicações disto na localidade, atualmente podem ser vistas pelas declarações de abandono que sentem os moradores do local, pois estes não participam de ações de cidadania na construção das políticas públicas locais. Existe também, para esses moradores, a decorrência de assumir os riscos ambientais produzidos pelos excursionistas, justificada devido à importância da atividade econômica do turismo.

Por outro lado, os gestores públicos demonstram o interesse em implementar políticas aplicadas para o Desenvolvimento Sustentável, mas após, avaliar as atuais políticas municipais, voltadas para esta área, nota-se a mudança de direção do conceito fundamental, pois a ênfase é direcionada para as políticas de desenvolvimento econômico. Sendo assim, os interesses sociais, muitas vezes não são integrados, beneficiando apenas uma parte da sociedade. Segundo Nascimento, Sattler e Araújo (2001), o conceito de Desenvolvimento Sustentável para os municípios indica a implementação de políticas, planos, programas e ações que originem uma condição de qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico de forma mais equitativa.

Das alternativas sugeridas, para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, no Terminal Turístico de Tramandaí, a que tem maior prioridade e relevância é a implantação da Agenda 21 Local, que é um poderoso instrumento de planejamento estratégico participativo,

onde governo e sociedade trabalham, sob regime de co-responsabilidade e consentimento de ideias, visando à construção de políticas sustentáveis, satisfazendo com equilíbrio as necessidades de proteção ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico (MMA, 2010).

A pesquisa apresentou como limitações à falta de acesso, a alguns gestores públicos para realização das entrevistas, não ocorrendo nenhuma resposta dos mesmos, sob a solicitação de participação do estudo, enviada por correio eletrônico.

O estudo mostrou que as políticas públicas devem ser direcionadas para ações de Desenvolvimento Sustentável, portanto como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a análise de conflitos, que acontecem entre a administração pública e os grupos sociais, devido à apropriação indevida dos recursos naturais, como a que ocorreu no Terminal Turístico de Tramandaí para que, a partir da avaliação desses conflitos, possam ser contextualizadas políticas ambientais mais democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA FILHO, Severino Soares. **Os Impactos ambientais no Brasil uma análise de sua efetividade**. Brasília. IPEA, 1993.

AMARAL, Patrícia Daliany Araújo do; BEZERRA, Maria Helena Miranda. Impactos ambientais da atividade turística na visão da comunidade local: um estudo na praia de Pirangi do Norte – Parnamirim-RN. **Anais...** II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza-CE, maio/2008. Disponível em: < <http://www.cdvhs.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/IMPACTOS%20AMBIENTAIS%20DA%20AT%20TURISTICA.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBIERI, José Carlos. Avaliação de Impacto Ambiental na Legislação Brasileira. **ERA – Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 78-85. Mar./ Abr. 1995. Disponível em: <<http://www16.fgv.br/rae/rae/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=490&Secao=AMBIENTAL&Volume=35&numero=2&Ano=1995>>. Acesso em: 01 agos. 2010.

BORN, Rubens Harry. **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 13 agos. 2010.

———. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José A. Puppim de (Orgs.). **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92**. São Paulo; Rio de Janeiro: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CPDS. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 Brasileira: bases para discussão**. Brasília, DF: MMA: PNUD, 2000.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. T. CUNHA, S. B. da C (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Volnei Alves. **Geração de emprego e renda e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://giga.ea.ufrgs.br/Artigos/emprego_e_renda.PDF>. Acesso em: 08 nov. 2010.

CORSI, Elaine. Patrimônios Históricos-Culturais: uma nova perspectiva para o urbano e o rural através do turismo sustentável. **Caminhos da Geografia On Line**, Uberlândia, v. 11, 2004. Disponível em: <<http://www.nupea.fafcs.ufu.br/elainecorsi.htm>>. Acesso em: 19 out. 2010.

COSTA, A. J. D.; GRAF, M. E. de C. (Orgs.). **Estratégias de desenvolvimento urbano e regional**. Curitiba: Juruá, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo. Atlas, 2006.

DINIZ, Arlete Martins. **Uma avaliação do impacto ambiental oriundo dos deslocamentos promovidos por programas de desfavelamento em áreas de preservação**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2004.

FARION, Sônia Rejane Lemos. **Crescimento Urbano e as alterações ambientais no Município de Tramandaí – litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul: análise geográfica com ênfase nas diferenciações espaciais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, 3 (2): 61-72, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v3n2/7151.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.

GIL, Antonio Carlos; LICHT, René Henrique Götz; OLIVA, Eduardo de Camargo. A utilização de estudos de caso na pesquisa em administração. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 2, n. 1, Jan./Abr., 2005.

GIOVANNINI, Fábio. A democracia é boa para o ambiente? Publicado em espanhol com o título "La democracia es buena para el medio ambiente?". In: **Ecología Política**, n. 5, Barcelona-Madrid: learia Editorial-Fuhen, abril de 1993. Tradução de Maria Rita Avanzi. *Ambiente & Sociedade*, ano 1, n.1, 2. sem. 1997. Disponível em: <http://ambienteesociedade.org.br/numeros_antteriores/ano1num1/s-vn01a05.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na "Revista de Comunicação"** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

———. **Perfil dos municípios brasileiros**. pesquisa de informações básicas municipais – meio ambiente 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

LEMONS, Haroldo Mattos. **A Agenda 21 no Brasil**. 2006. Instituto Brasil Pnuma. Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/agenda21.html>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e sustentabilidade. In.: CEPAM. **Os municípios no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo, 1999. p. 177. Disponível em: <<http://www.cepam.gov.br/v10/cepam30anos/pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

JARDIM, Jean de Sousa. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 189-201, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/32678/31877>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

LEMONS, J.; BROWN, D. A. (eds.). **Sustainable development: science, ethics, and public policy**. Dordrecht: Kluwer; 1995

LIPIETZ, A. **Será impossível um desenvolvimento ecológico viável?** Portugal: Contemporânea, 1995.

MACHADO, Lourdes Marcelino; MAIA, Graziela Zambão Abdian; LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi (Orgs.). **Pesquisa em Educação: passo a passo**. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MACHADO, Anaxágora Alves. **Poluição sonora como crime ambiental**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 327, 30 maio 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5261>>. Acesso em: 24 set. 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologias convencionais e não convencionais e a pesquisa em administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 0, n. 0, 2. sem., 1994, p. 1-5.

MATIAS, H. J. D.; PINHEIRO, J. Q. Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza. **Psicologia & Sociedade**; 20 (1): 134-143, 2008.

MENEZES, Claudino Luiz. **Estratégias de Desenvolvimento Urbano e Regional**. COSTA, Armando João Dalla; CAMPOS, Márcia Elisa de (Orgs.). 2. reimpr. Curitiba: Juruá 2009.

MUCELIN, C.A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2010.

NASCIMENTO, Luis Felipe; SATTLER, Miguel; ARAÚJO, Marco Aurélio. **VI Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente 2001**, São Paulo. 1 CD-ROM. São Paulo, 2001.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Apostila didática - Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Disciplina do Curso de Graduação em Administração à Distância. UAB – UFRGS, 2008.

———. O insustentável sustentável [recurso eletrônico]. In: **Encontro Anual da Anpad** (32: 2008 set.: Rio de Janeiro). [Anais do EnANPAD] [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 10 f. : il. + Resumo APS-C 3035, p. 172.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do. Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram. In: **Encontro Anual da ANPAD** (31: 2007: Rio de Janeiro). [Anais do EnANPAD]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 9 f. + Resumo APS-C 459, p. 180.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercursões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: Universidade Federal da Bahia, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Missão Terra: o resgate do planeta: Agenda 21 feita por crianças e jovens**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

PLANO Diretor do Município de Tramandaí, conforme a Lei 2.478/2006. Disponível em: <http://www.tramandai.rs.gov.br/download/planta_pdu.jpg>. Acesso em: 19 agos. 2010.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. 2. ed. revista. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental, 5). Brasília: Ibama, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 10.360, de 16 de janeiro de 1995. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=10372&hTexto=&Hid_IDNorma=10372>. Acesso em: 10 agos. 2010.

———. Lei n.º 10.806, de 11 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=10372&hTexto=&Hid_IDNorma=10372>. Acesso em: 29 jul. 2010.

———. CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento). Portal. Disponível em: <<http://www.corsan.com.br>>. Acesso em: 19 out. 2010.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SCHMIDHEINY, Stephan. Temas Chaves: **Desenvolvimento Sustentável**. Portal Stephan Schmidheiny. Disponível em: <<http://www.stephanschmidheiny.net/desenvolvimento-sustentavel/?lid=3>>. Acesso em: 18 dez. 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Vicente Gomes da. **Legislação ambiental comentada**. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

VASCOCELLOS, Éverton Machado. **Desenvolvimento Sustentável Local**: o Caso de Canela. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão Vieira. ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VOLPI, Olívio José. Desenvolvimento sustentável interdisciplinaridade e o meio ambiente: uma visão conceitual integradora. **Revista da Unifebe**, 2009. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/2009/artigo017.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS GESTORES PÚBLICOS

Dados de Identificação do Entrevistado e de sua Instituição:

Data: ____/____/____

1. Nome da Instituição:
2. Telefone:
3. Email:
4. Pessoa de contato:
5. Cargo/ função:

Questões Específicas Sobre o Desenvolvimento Sustentável no Município de Tramandaí:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?
2. O que você (ou sua instituição) realizou ou realiza para promover o Desenvolvimento Sustentável no Município de Tramandaí?
3. Você (ou sua instituição) considera importante realizar essa ação? Por quê?
4. Que outra iniciativa sobre Desenvolvimento Sustentável, você (ou sua instituição) gostaria de fazer futuramente, no Município de Tramandaí?
5. Na sua opinião, o que dificulta a implementação de ações que promovam Desenvolvimento Sustentável para o Município de Tramandaí?
6. Na sua opinião, as políticas públicas podem ser agentes que facilitam e estimulam o Desenvolvimento Sustentável? Tens algum exemplo no município ou região?
7. Quais foram os resultados alcançados das ações que você (ou sua instituição) já realizou para que ocorresse o Desenvolvimento Sustentável? Os objetivos foram alcançados?

Questões Específicas sobre os impactos socioambientais do Terminal Turístico de Tramandaí:

8. Quais são os principais problemas socioambientais encontrados a localidade do Terminal Turístico de Tramandaí?
9. Quais são as principais consequências desses problemas?
10. Que ações, voltadas para o Desenvolvimento Sustentável, poderiam ser realizadas no Terminal Turístico de Tramandaí?
11. O que você (ou sua instituição) sugere para promover ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável, no Terminal Turístico de Tramandaí?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS MORADORES DA COMUNIDADE

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

1. Nome do entrevistado (a): _____

2. Naturalidade: _____

3. Há quanto tempo mora localidade? _____

4. Por que veio morar aqui? _____

5. Número de pessoas que residem na sua casa? _____

6. Condições de uso da residência? Própria () Alugada () Cedida ()

Qual o tipo de moradia? _____

7. Sexo: M () F ()

8. Sua idade se insere em qual faixa etária?

Abaixo de 18 anos () De 18 a 30 anos () De 31 a 40 anos ()

De 41 a 50 anos () De 51 a 65 anos () Acima de 65 anos ()

9. Qual a sua faixa de renda média mensal familiar?

Até 1 S.M. () De 2 a 3 S.M. () De 4 a 5 S.M. ()

Acima de 5 S.M. () Sem Rendimento () Não Declarado ()

10. Qual o seu grau de escolaridade?

Analfabeto ()

Ensino Fundamental incompleto () completo ()

Nível médio incompleto () completo ()

Superior incompleto () completo ()

11. Qual a sua ocupação atual?

Empregador ()

Empregado assalariado em empresa privada com carteira assinada ()

Empregado assalariado em empresa privada sem carteira assinada ()

Trabalhador Autônomo ()

Desempregado ()

Aposentado () Dona de Casa () Estudante () Outros _____

12. Se Empregado ou Empregador, indicar o setor ao qual pertence?

Comércio () Indústria () Serviços () Turismo () Outros _____

13. Na sua opinião, as excursões de turistas aumentam a renda, o poder de compra e a oferta de empregos das pessoas que moram no Terminal Turístico de Tramandaí?

() Sim

() Não

() Não sabe responder

14. Você considera que as excursões de turistas causam prejuízos para o meio ambiente no Terminal Turístico de Tramandaí?

() Sim

() Não

() Não sabe responder

Por

quê? _____

15. Como você diria que é morar no Terminal Turístico de Tramandaí?

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() Péssimo

() Não sabe responder

16. Em qual área do Terminal Turístico de Tramandaí necessita de mais investimentos?

() Educação () Segurança () Saúde () Lazer () Limpeza Pública

() Geração de Novos Empregos () Jardins () Esgotamento Sanitário

() Transporte Público () Estradas de Acesso

Outros _____

—

17- Quais as alterações mais importantes ocorreram no Terminal Turístico de Tramandaí, desde que você mora aqui?

18-No verão quando chegam os “turistas de um dia” o que acontece no TTT?

Em sua opinião isso é bom ou ruim?

19 - O que você considera um problema grave que ocorre aqui no Terminal Turístico de Tramandaí? Por quê?

E quem poderia resolver esse problema?

21 - Você acha importante garantir a preservação do patrimônio ambiental (mar, dunas, água...) hoje, para que no futuro outras gerações (filhos, netos) possam desfrutar também?

22 - O que você acha que a comunidade do TTT poderia fazer p/ preservar o patrimônio ambiental?

ANEXO C – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA/ATIVIDADE DE CAMPO



Foto 01 – Ônibus de excursionista na estrada principal (2010)



Foto 02 – Excursionistas acampados no Terminal Turístico de Tramandaí (2010)



Foto 03 – Acampamento da Cavalgada do Mar (2010)



Foto 04 – Retirada das dunas no acesso ao mar (2010)